

Ano 18, Vol. XVIII, Núm.2, jul-dez, 2025, pág. 521-533.

A NATUREZA NA REPRODUÇÃO SOCIAL DE UM RECANTO DA PERIFERIA URBANA DA CIDADE DE SÃO PAULO

THE NATURE IN THE SOCIAL REPRODUCTION OF A NOOK OF THE URBAN PERIPHERY OF THE CITY OF SÃO PAULO

Guilherme Matos de Oliveira¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de compreender a presença da natureza na reprodução social de um recanto da periferia urbana da cidade de São Paulo. Para tanto, nos sustentamos metodologicamente em uma discussão teórica com autores(as) que dialogam com a temática central do presente texto, e por uma análise sobre a natureza no contexto periférico paulistano do Conjunto Residencial Sol Nascente através da realização de um trabalho de campo. Com isso, constatamos que mesmo sendo expressivo o meio natural local, vinculado à biodiversidade da Mata Atlântica, o Sol Nascente tem sido marcado por vários problemas ambientais urbanos que prejudicam o cotidiano da vida constituída no bairro em questão, dentre eles a ausência de drenagem e tratamento das águas poluídas/empoadas em ruas do Residencial; tornando-se necessária e justa a construção de uma outra forma de sociabilidade que cuide da natureza física/social na realidade em tela e nas demais periferias urbanas ao redor do mundo, no intento de que seja preservada a reprodução da vida natural/humana nas cidades.

Palavras-chave: Cidade; Conjunto Residencial Sol Nascente/São Paulo-SP; Natureza; Periferia urbana; Social.

ABSTRACT

This article aims to understand the presence of the nature in the social reproduction of a nook of the urban periphery of the city of São Paulo. Therefore, we are methodologically supported by a theoretical discussion with authors who dialogue with the central theme of this text, and for an analysis about of the nature in the peripheral context of the Sol Nascente Residential Set in São Paulo through field work realization. Thereon, we found that even though it is expressive the local natural environment, linked to the biodiversity of the Atlantic Forest, the Sol Nascente has been marked by sundry urban environmental problems that harm the daily of life constituted in neighborhood in question, among them the absence of drainage and treatment of the polluted/stagnant water in the streets of the Residencial; becoming necessary and fair the construction of another form of sociability that takes care of the physical/social nature in the reality on screen and in other urban peripheries around the world, with the intention that it be preserved the reproduction of natural/human life in cities.

Keywords: City; Sol Nascente Residential Set/São Paulo-SP; Nature; Urban periphery; Social.

¹ Univesidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: ggui995@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5435-5139>. País: Brasil.

INTRODUÇÃO

A natureza vem se materializando – no espaço e no tempo – tanto na sua dimensão física, com suas características geomorfológicas, pedológicas, climáticas, ecológicas, biológicas dentre outras; quanto na sua dimensão social, perpassando por questões humanitárias, políticas, econômicas, culturais entre outras. Nisso, percebemos que as dinâmicas que se sucedem na realidade concreta são marcadas pela presença da natureza em sua unidade relacional com a sociedade.

Considerando os percursos desta relação, podemos aferir que esta vai ao encontro das origens históricas da industrialização e da urbanização por todo o mundo, em que a natureza passou a estar envolvida por um novo quadro societal, pois nesse momento as cidades foram surgindo no aperfeiçoamento das forças do trabalho humano, que se intercalam aos elementos naturais pertencentes aos espaços de reprodução da vida na terra, ao passo que estas aproximações naturais/sociais continuam a fazer parte da cidade e do urbano na contemporaneidade.

Entretanto, a aceleração das transformações conduzidas pela urbanização, que são delimitadas nas imposições do modo de produção hodierno, tem feito com que a natureza na cidade esteja permeada por recorrentes calamidades, seja da poluição atmosférica, da contaminação das águas, do acúmulo de lixo a céu aberto dentre tantas outras complicações que prejudicam, substancialmente, a vida natural e social nos pequenos e/ou grandes rincões citadinos.

Partindo destas premissas, o presente artigo tem o objetivo de compreender a presença da natureza na reprodução social de um recanto da periferia urbana da cidade de São Paulo, identificando as particularidades do ordenamento urbano na área de enfoque deste estudo, de como tem sido composto este processo diante dos aportes da natureza em âmbito local, os problemas e as resistências provenientes do elo ambiental/social nesta parcela periférica da cidade paulistana.

Ao delinearmos este escrito, nos firmamos metodologicamente em dois pontos principais: num primeiro momento em uma breve discussão teórica com autores(as) que dialogam com a temática central deste texto: Swyngedouw (2001), Penna (2002), Baumgartner (2009), Carlos (2009; 2025) entre outros(as); e num segundo momento por uma análise resultante de registros fotográficos e anotações de uma pesquisa de campo feita no Conjunto

Residencial Sol Nascente, com a intenção de refletirmos sobre a natureza que se perfaz pelos contornos urbanos desta porção da periferia da cidade de São Paulo.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A NATUREZA NA CIDADE E NO URBANO

Em se tratando dos postulados que versam sobre a natureza na cidade e no urbano, somos instigados a vislumbrar os fenômenos e potencialidades vitais que são próprias do meio natural em um espaço modificado socialmente pela urbanização, produto das metamorfoses do trabalho no mundo em meio à constância das determinações do atual modo de produção; este que vem interferindo tanto na natureza física – ao reduzi-la a um mero “recurso” a ser utilizado desregradamente no urbano, quanto na natureza social – ao segregá-la na divisão de classes entre os sujeitos que ocupam as centralidades *versus* periferias das cidades.

Levando em conta os dimensionamentos da natureza na cidade e no urbano, é preciso observar a princípio, conforme Smith (1988), que a natureza é, inúmeras vezes, tida como algo estável, sendo esta a antítese das obras humanas. Mas, para o autor supracitado, é no movimento da produção da natureza que se revelam os valores e a condição natural da sociedade.

Consonante a isso, Morais (1999) coloca que a integração entre natureza e sociedade se exprime de forma inegável, tornando-se, para a autora, pouco provável de ser edificada sem a humanidade, pois quem confere magnitude à natureza são os próprios seres humanos, que podem instaurar, de maneira tangível e contínuo, junções e interposições com o mundo natural, visto que “[...] atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza” (Marx, 1989, p. 202).

Vale sublinhar que essa conexão social/natural foi passando por mudanças ao longo da história, ao tempo que com o advento e desenvolvimento da industrialização-urbanização podemos verificar que:

[...] a cidade e o processo urbano são uma rede de processos entrelaçados a um só tempo humanos e naturais, reais e ficcionais, mecânicos e orgânicos. Não há nada “puramente” social ou natural na cidade, e ainda menos anti-social ou antinatural; a cidade é, ao mesmo tempo, natural e social, real e fictícia. Na cidade, sociedade e natureza, representação e ser são inseparáveis, mutuamente integradas, infinitamente ligadas e simultâneas [...] (Swyngedouw, 2001, p. 84).

No tocante a isso, Diegues (2008) atesta que a ascensão das economias de mercado alicerçadas pela alta produtividade industrial e pelo consumo das mercadorias, que se

expandiram com maior ou menor força por todas as regiões da terra disseminaram, no entendimento do autor acima, seus efeitos negativos e devastadores à sociedade urbana em todo o mundo ao provocarem pobreza social e degradação ambiental.

Por isso, faz-se imprescindível uma leitura da natureza – em seus múltiplos aspectos – diante das contradições do urbano na produção das cidades, haja vista que:

Se essa forma lhe confere hoje inúmeras vantagens em termos de beleza cênica, ela é responsável, também, pelo surgimento de uma gama variada de problemas urbanos, que vão desde a necessidade constante de gerenciamento de processos naturais afetados pelo crescimento urbano, e que volta e meia dão origem a catástrofes naturais de vulto, com perdas de inúmeras vidas humanas, à dificuldade de prover infraestrutura básica a uma cidade [...] (Abreu, 2014, p. 299-300).

Quando nos atemos a pensar sobre os contrastes da urbanização podemos afirmar, como apontado por Carlos (2009), que a materialização do urbano se define nos conflitos que não se consomem de forma homogênea, pois a vida urbana é atravessada por múltiplas contradições; na medida em que, para a autora aqui mencionada, a cidade vai espelhar esse fato, não estando pronta e acabada, mas em pleno funcionamento; se assentando sob a lógica desigual e combinada do sistema econômico vigente.

Concernente a este raciocínio, Maricato (2000) assevera que o espaço urbano não vem a ser apenas um mero receptáculo para as relações em sociedade, mas um intermediador econômico e/ou ideológico no/do domínio de uma classe social sobre a outra, posto que a “[...] produção e apropriação do espaço urbano não só reflete as desigualdades e as contradições sociais, como também as reafirma e reproduz” (Maricato, 2000, p. 168-170). Enquanto consequência disso:

A contradição centro-periferia é esclarecedora dessa desigualdade passível de ser lida na segregação sócio-espacial como forma dessa condição, na qual o indivíduo vive, cada vez mais, a urgência, preso à sobrevivência imposta pela privação experienciada. De um lado, as periferias, de certa forma, “improvisadas”, se ampliam como decorrência dos processos de valorização do espaço, constituindo-se cada vez mais em formas impróprias ao ato de morar, assinalam com sua crueza, a provisoriade da vida imposta pela profunda desigualdade impressa na base da constituição da sociedade brasileira, enquanto a fome coroa a barbárie. A sociedade diferenciada, estruturada na desigualdade de classe e de raça, instrumento do poder, se defronta, assim, com a vida esvaziada de seus conteúdos quando encerrada no nível da sobrevivência (Carlos, 2025, p. 58).

Nestas circunstâncias, Penna (2002) enfatiza que a enunciação acerca da natureza no urbano não se pode prender a um discurso de preservação e/ou protecionismo da natureza,

desconsiderando o ambiente que é apropriado pela produção contraditória do urbano visto que, segundo a autora, a problemática urbana é muitas vezes desvinculada da natureza na produção espacial das cidades. Desse modo, “[...] essa coisa híbrida socionatural chamada cidade é cheia de contradições, tensões e conflitos” (Swyngedouw, 2001, p. 84). Afinados a estes argumentos:

Podemos dizer, assim, que há contradições no meio ambiente urbano entre a natureza biológica e a produção social, além das próprias contradições sociais. Ou seja, as contradições são múltiplas e complexas. [...] O meio ambiente urbano mostra [...] a diversidade da riqueza e da pobreza, da produção e (re)produção de objetos, de cultura, de vida cotidiana enfim. Ao mesmo tempo que oculta a natureza física e biológica (Rodrigues, s.d, p. 93-94).

Em aproximação a estas ponderações, Mendonça, Cunha e Luiz (2016) salientam que a problemática socioambiental urbana tem suas repercussões na vida dos cidadãos, sobretudo daqueles(as) que se encontram nas periferias das cidades, em que são envolvidos à “[...] precariedade, esgotamento, deterioração e contaminação, posto que são marcadas por pressões sociais que incrementam a opulência e aumenta a pobreza, [...] especialmente em países não desenvolvidos” (Mendonça, Cunha e Luiz, 2016, p. 334).

Assim, a abordagem sobre as significações da natureza na sociedade urbana se definem frente aos imperativos do sistema capitalista nos tensionamentos entre centro/periferia – que se evidenciam principalmente na fragmentação e na segregação socioespacial da cidade, na qual os sujeitos periféricos são privados, em grande medida, do acesso regular à água potável, aos alimentos saudáveis, às árvores, ao ar puro, dentre outros elementos cruciais para a sustentação natural da vida que produzem cotidianamente pelo trabalho.

Lefebvre (2001) sinaliza que para serem asseguradas, categoricamente, as condições de reprodução dos sujeitos cidadãos, deve ser colocado em prática o “direito à cidade” que pode se manifestar, para o autor acima citado, no cumprimento da liberdade, da socialização, da habitação e do uso equilibrado do meio natural. Contudo, estes direitos tem se deparado com obstáculos rumo à sua objetivação diante da apropriação da propriedade privada, que é destrutiva à natureza física/social. Nesse sentido:

Em função da apropriação privatizada da natureza na cidade, torna-se premente a busca de ideias e ações que resgatem os projetos coletivos [...] em prol da natureza na cidade, local de concentração de grande parte da população no mundo contemporâneo, que seja produzida e apropriada socialmente [...] por um direito igualitário de natureza para todos e não a manutenção de espaços segregados com a presença de natureza [...] (Baumgartner, 2009, p. 166).

Perante as pontuações teóricas aqui sistematizadas, somos despertados a interpretar os direcionamentos da natureza na cidade e no urbano, tendo em conta os atuais desdobramentos da vida social na processualidade conflitual da urbanização que atinge, de maneira singular, os sujeitos periféricos; estes que, ao redor da complexidade das suas formas de sociabilidade, se articulam com a/enquanto natureza onde vivem e resistem, a exemplo do que é mostrado no tópico abaixo.

A NATUREZA NAS SOCIABILIDADES DO CONJUNTO RESIDENCIAL SOL NASCENTE, PERIFERIA URBANA DA CIDADE DE SÃO PAULO

A cidade de São Paulo tem uma longa história, advinda da sua produção urbano-industrial que demarcou sua centralidade econômica/financeira em nível nacional/global e, ao mesmo tempo, levou a um crescimento da sua população, esta dividida em classes que ocupam os espaços centrais *versus* periféricos da sua extensão territorial. Fazendo parte disso, as periferias do município de São Paulo vivenciam os dilemas sociais/ambientais decorrentes das contradições do urbano paulistano.

Para Martins (2011), a segregação que é impulsionada pela oposição centro-periferia, tem permitido a ampliação de dissídios sociais e injustiças ambientais em São Paulo, ao passo que dentro de um “[...] completo antagonismo [...] do ponto de vista funcional da cidade, [...] o ambiente físico da “terra da garoa” não existe mais” (Martins, 2011, p. 61), ficando estagnada a procura por uma imparcial socialização da natureza na totalidade da cidade paulistana.

Mediante estas adversidades, passamos a notar suas reverberações nas formas e conteúdos físicos/sociais da natureza na periferia urbana de São Paulo através do Conjunto Residencial Sol Nascente, que se localiza na zona noroeste da cidade, faz fronteira com os bairros Morro Doce, Perus entre outros, e se encontra às margens de importantes trechos viários do perímetro urbano paulistano – como vislumbrado na Figura 1, sendo estes a Rodovia Anhanguera (do lado esquerdo da figura) e o Rodoanel (na parte inferior direita da figura), estando também próximo da Rodovia dos Bandeirantes.

Figura 1: Imagem de Satélite do Conjunto Residencial Sol Nascente em São Paulo-SP



Um outro impasse encarado pelos entes sociais do Sol Nascente se repousa na escassez econômica de boa parte da sua população, a exemplo de alguns/algumas moradores(as) que, com razoável ou baixo poder aquisitivo, só conseguem se fixar no Residencial ao alugarem imóveis – até mesmo cômodo(s) no fundo dos domicílios de outros(as) habitantes dali que,

mesmo possuindo casas próprias, trabalham por muitos anos ou a vida inteira para tentar converter suas moradias em lares individuais/familiares para momentos de refeição, afazeres domésticos, confraternização, para períodos de descanso nos quais não estejam exercendo atividades laborais etc.

Em face do exposto, os paradoxos do urbano compõem a periferia do Sol Nascente, e vão se cruzando com os ritmos da natureza ali constituídos; que nos impele a conhecer suas configurações expressas no cenário em questão, sendo cingidas pela/na abrangência dos seus marcadores físicos/sociais que estão arraigados à vida cotidiana desta fração municipal paulistana.

Cabe destacar que o Sol Nascente, realçado na figura 2, está situado em um ambiente onde há o predomínio da Mata Atlântica, um bioma que tem maior evidência neste contexto por meio do Parque Anhanguera – que fica nos arredores do Conjunto Residencial em tela.

Figura 2: Áreas verdes, campo de futebol e moradias do Sol Nascente; ao fundo, o Parque Anhanguera em São Paulo-SP



Fonte: Acervo do autor (2025).

Nas informações fornecidas por São Paulo (2025), o Parque Anhanguera é um dos maiores da cidade e, além de ter uma infraestrutura com sanitários, pista de caminhada, ciclovia, dentre outros recursos destinados ao esporte e lazer daqueles(as) que o frequentam, abriga uma grande biodiversidade de espécies da Mata Atlântica pela fauna (acauã, beija-flor, lagarto-teiú,

sapos, tangará, tatu entre outros/as) e flora (araribá-rosa, bambus, cedro, palmeiras, pau-brasil entre outros/as) espalhada pelos bosques nele existentes.

Todavia, esta densidade natural oriunda da Mata Atlântica tem sido gradativamente afetada em função do aumento dos problemas ambientais urbanos paulistanos (poluição do ar e das águas, desmatamento, queimadas etc.), que vão impactando as periferias da cidade – como acontece no Sol Nascente, seja pelo desaparecimento de espécies de animais locais, pela retirada da sua cobertura vegetal na diminuição de suas árvores etc., cujas percas deixam o meio natural do bairro em desequilíbrio. Isso nos faz pensar que:

As áreas verdes são importantes para a qualidade ambiental das cidades, já que assumem um papel de equilíbrio entre o espaço modificado para o assentamento urbano e o meio ambiente. [...] A falta de arborização, por exemplo, pode trazer desconforto térmico e possíveis alterações no microclima, e como essas áreas também assumem papel de lazer e recreação da população, a falta desses espaços interfere na qualidade de vida desta (Lima e Amorim, 2006, p. 69).

Por intermédio dos relatos de moradores(as) do Sol Nascente com os quais conversamos, apuramos que eles(as) concebem a natureza como algo que deixa a paisagem mais bela e viva. No entanto, sentem que o meio natural – no seu campo físico é, por vezes, suprimido das suas vivências pela rotina frenética e exaustiva do trabalho assalariado/informal e de outros ofícios que efetuam no dia a dia, que os(as) distanciam do direito ao bem estar e ao lazer nos pontos do Residencial onde a natureza está inscrita.

Outrossim, a preocupação deles(as) provém do fato de que é insuficiente a atuação do Estado – através do poder público em âmbito municipal – no que tange ao zelo pelo meio ambiente no Sol Nascente, a exemplo da falta de escoamento/tratamento da água poluída e empoçada em algumas ruas do Residencial, mais especificamente na via de entrada do bairro adjacente à Rodovia Anhanguera – pelo que consta nas figuras 3 e 4.

Figuras 3 e 4: Água poluída e empoçada em ruas do Sol Nascente, São Paulo-SP



Fonte: Acervo do autor (2025).

Essa situação de descaso gera transtornos para os habitantes deste bairro, em maior proporção quando nele precipitam chuvas em grande quantidade e se forma uma enchente por onde a água suja está imersa, causando a obstrução de uma das suas ruas – capaz de ser intensificada com a concentração de resíduos sólidos e/ou lixo – deteriorando seu solo e comprometendo a saúde daqueles(as) que podem ter contato com as impurezas desta água e se debilitarem pelas doenças que venham a se proliferar dela.

Posto isso, as alterações sentidas pela natureza no Sol Nascente acompanham as discrepâncias sociais tecidas nas periferias urbanas de São Paulo “[...] onde estão as áreas de maior vulnerabilidade social e de maior proteção ambiental” (Casimiro, 2022, p. 450); pois ainda que geralmente sustentem seus componentes naturais pela vegetação, biodiversidade etc., cada vez mais são cerceadas pelas nuances desiguais da urbanização capitalista que nega oportunidades às populações periféricas, inclusive do absoluto convívio delas com a natureza em sua plenitude.

Assim, torna-se sintomático desvendar as tormentas que, paulatinamente, degradam a vida natural/humana nas periferias das cidades, bem como acentuar as renitências experienciadas pelos seus ecossistemas e populações; sendo árdua, mas necessária a tarefa da construção de uma outra sociabilidade urbana, que não se conforme com o *status quo* ao promover um mundo mais justo à natureza e aos seus entes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo elucidamos a natureza atrelada ao espaço urbano das cidades – com ênfase às periferias urbanas, onde se emerge o meio natural em diferentes panoramas: seja nas formas que explicitam a diversidade do ambiente na sua fauna/flora, ou nas desigualdades sociais que os seres humanos são submetidos ao pertencerem às classes periféricas e ao serem duramente expropriados dos bens naturais que, sendo essenciais à vida podem sustentar, ontologicamente, sua natureza social.

Essa realidade se descortina, ao longo deste texto, em uma trincheira periférica da cidade de São Paulo: o Conjunto Residencial Sol Nascente, formado pelo seu denso e relevante espaço natural entrelaçado à Mata Atlântica, e pelos meandros da desigualdade socioambiental que se ergue no cotidiano de reprodução da vida dos seus moradores que, na ausência do poder público, não tem suas demandas garantidas por completo, como na carência de uma melhor rede de drenagem e tratamento das águas sujas que se encontram no bairro.

Destarte, os nexos entre sociedade/natureza se demonstram no urbano paulistano pela dialeticidade das suas relações, fundamentadas nas contrariedades sofridas pelo ambiente e pelos seus sujeitos – sobretudo periféricos, que apesar de resistirem às imposturas do sistema econômico em curso, devem trilhar os caminhos da luta pelo “direito à natureza na cidade” para a preservação da vida natural/social na realização de uma outra lógica urbana, mais orgânica e mais humana.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. A cidade, a montanha e a floresta. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (Orgs.). Maurício de Almeida Abreu. **Escritos sobre Espaço e História**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, p. 299-357.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “Geografia crítica” como crítica à Geografia: iluminando os campos cegos da investigação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Uma Geografia na periferia do capitalismo**. São Paulo: Annablume, 2025, p. 49-64.

CASIMIRO, Matheus de Vasconcelos. **A Natureza na Cidade:** uma perspectiva crítica ao paradigma ecológico no planejamento das áreas verdes paulistanas. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/874bc0cf-8bdd-4631-b4d6-8e8973d072a2>. Acesso em: 16 abr. 2025.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada.** 6ª ed. São Paulo: Hucitec; Nupaub-USP/CEC, 2008.

GOOGLE MAPS. Disponível em: https://www.google.com/maps/@-23.4339681,-46.7782686,1616m/data=!3m1!1e3?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI1MDQyMS4wIKXMDSoJLDEwMjExNDUzSAFQAww%3D%3D. Acesso em: 23 abr. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Valéria; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Formação (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 13, p. 69-82, 2006. DOI: 10.33081/formacao.v1i13.835. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/835>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Orgs.). **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 121-192.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 59-72, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10598>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política: Vol 1. Parte III, Cap VII. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MENDONÇA, Francisco; CUNHA, Fabio Cesar Alves; LUIZ, Gislaine Cristina. Problemática Socioambiental Urbana. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 12, n. 18, p. 331-352, 2016. DOI: 10.5418/RA2016.1218.0017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6409>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MORAIS, Eliana Marta Barbosa de. Evolução epistemológica do conceito de natureza. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 75-98, 1999. DOI: 10.5216/bgg.v19i2.15365. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/15365>. Acesso em: 13 abr. 2025.

PENNA, Nelba Azevedo. Urbanização, Cidade e Meio Ambiente. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 125-140, 2002. DOI: [10.11606/issn.2179-0892.geousp.2002.123776](https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2002.123776). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123776>. Acesso em: 13 abr. 2025.

PEREIRA, Sandra de Castro. **Os loteamentos clandestinos no distrito do Jaraguá (SP):** moradia e especulação. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-21062007-144035/pt-br.php>. Acesso em: 13 abr. 2025.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e consumo do e no espaço.** Problemática Ambiental Urbana. Edição da Autora, s.d. Disponível em:
<https://www.labhab.fau.usp.br/publicacoes/producao-e-consumo-no-espaco-problematica-ambiental-urbana/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Anhanguera.** Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/parques/regiao_norte/5730. Acesso em: 25 abr. 2025.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 83-104.

Submetido em: 11 de maio de 2025.

Aprovado em: 27 de junho de 2025.

Publicado em: 01 de julho de 2025.

Autoria:

Autor 1

Nome: Guilherme Matos de Oliveira

Instituição: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

E-mail: ggui995@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5435-5139>

País: Brasil